

A vantagem económica e a vantagem política da “Nova Macau” e o “Modelo de Macau” de “Um país, dois sistemas”

*Qi Pengfei**

Há 5 anos atrás, quando Macau iniciou o seu primeiro passo de uma gloriosa nova caminhada, Jiang Zemin, então Presidente da China, em relação ao problema da “observação e avaliação da situação de Macau”, lançou com clarividência os 4 argumentos básicos, isto é, as 4 convicções: primeiro, a convicção na correcção do grande pensamento de “Um país, dois sistemas”, e nas orientações de “Macau governada pela sua gente”, com uma “autonomia de elevado grau”, lançados por Deng Xiaoping; segundo, a convicção na capacidade e metodologia dos compatriotas de Macau em governar bem Macau; terceiro, a convicção na capacidade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau em dominar a situação e quarto, a convicção de que a grande pátria socialista é o forte escudo com que Macau iria manter a sua prosperidade e vencer todas as dificuldades e riscos pela frente. Isto traduz as bem entranhadas esperanças e a convicção do Governo Popular Central e de todas as minorias nacionais da China, em relação à criação de uma “Nova era de Macau” e um “Amanhã melhor de Macau”. Nos últimos 5 anos, a prática da edificação de “Um país, dois sistemas” da “Nova Macau” tem provado, duma maneira convincente, a correcção deste argumento científico. O Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho e mais de 400 mil habitantes de Macau, têm apresentado uma excelente lista de notas a todas pessoas, tanto da China como fora dela, atentas à perspectiva do “Modelo de Macau” de “Um país, dois sistemas”. Antes do retorno de Macau, verificado em 1999, assistiu-se a uma “transição sem sobressaltos e à transferência feliz de poderes”, primeira prova de “Um país, dois sistemas”. Em 1999, após o retorno, correu bem a “sessão preliminar” de manter a prosperidade e a estabilidade que é a segunda prova de “Um país, dois sistemas”. Em 20 de Dezembro de 2004, Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, que veio pela primeira vez a Macau para a Cerimónia da Celebração do 5.º Aniversário do Retorno de Macau à

* Professor Catedrático do Centro de Estudos de Taiwan, Hong Kong e Macau da Universidade do Povo da China.

Mãe-Pátria e da Tomada de Posse do II Governo da Região Administrativa Especial de Macau, proferiu um importante discurso, em que confirmou o excelente comportamento da “Nova Macau”, desde o seu retorno, verificado em 1999: “Ao longo dos 5 anos, desde o retorno de Macau à Pátria, Macau tem vindo a apresentar uma nova fisionomia social. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, chefiado pelo Sr. Edmund Ho, animado do espírito unido, combativo, pioneiro e empreendedor, tem vindo a guiar as personalidades dos diversos círculos sociais de Macau a superar as múltiplas dificuldades e desafios causados pela crise financeira asiática, pelos transtornos do ambiente económico externo e pela pneumonia atípica, tendo resolvido apropriadamente uma série de questões importantes relacionadas com a conjuntura global e o desenvolvimento de longo prazo de Macau. Regista-se na Macau de hoje estabilidade social, contínuo desenvolvimento económico e satisfação da vida quotidiana e profissional por parte da população. A prática, prova que as pessoas de Macau têm toda a inteligência, capacidade e meios para administrar, construir e desenvolver bem Macau”¹. Em 16 de Janeiro de 2005, o Presidente da República Portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, que regressou a Macau, após 5 anos da sua última estadia, observou: “Estou feliz por poder voltar a Macau, 5 anos depois da transferência de soberania, testemunhar os progressos de Macau e testemunhar o elevado grau de autonomia do território e respeito pela Declaração Conjunta e Lei Básica, cujas cláusulas estão a ser aplicadas e observadas”². No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, têm-se evidenciando as vantagens económicas e políticas de “Um país, dois sistemas”, de modo que o “Modelo de Macau” de “Um país, dois sistemas” tem vindo a ganhar corpo e tem vindo a amadurecer.

I

Hong Kong, conhecida como a “Pérola do Oriente” e Macau, como o “Jade do Oriente” são dois campos experimentais exemplares da grande obra da reunificação pacífica da China moderna, baseada em “Um país, dois sistemas”. A “Hong-Kong governada pela sua gente”, iniciada a partir da reintegração em 1997 e a “Macau governada pela sua gente”,

¹ *Diário do Povo*, edição de 21 de Dezembro de 2004.

² *Jornal Ou Mun*, edição de 17 de Janeiro de 2004.

começada desde o seu retorno, verificado em 1999, Hong Kong e Macau, num dilema de “mudanças” e “não mudanças” têm sofrido, em termos negativos, desastres tanto artificiais como naturais, que assolaram a parte oriental da Ásia - a Crise Financeira e a Pneumonia Atípica. Em termos positivos, enfrentaram duplos desafios que se traduziram na entrada do interior da China na Organização Mundial do Comércio, na assinatura do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais (CEPA) entre a China, Hong Kong e Macau, no “turismo individual” e no “visto individual”, concedido por parte das Províncias interiores da China, para o turismo em Hong Kong e Macau. Aproveitando-se das grandes tendências mundiais da diversificação política, económica e cultural para abrir um novo caminho de continuar com as tradições e vantagens regionais de “portos francos”, “zonas aduaneiras independentes”, “centros económicos internacionais” e “centros de intercâmbios culturais entre o Oriente e o Ocidente”, no que se refere à edificação de civilizações materiais, espirituais, políticas, com características capitalistas bem próprias de Hong Kong e Macau e uma “sociedade harmoniosa” e um novo caminho de continuar com as tradições e valores nucleares como “a liberdade, a democracia, os direitos humanos e a governação pela lei”, “Um país, dois sistemas” foi capaz de continuar a manter a prosperidade e a estabilidade.

No entanto, devido a diferenças da tradição histórica de “Hong Kong governada pelos ingleses” e “Macau governado pelos portugueses”, e os diferentes modelos de desenvolvimento político, económico, cultural e social duma “Grande Hong-Kong” e duma “Pequena Macau”, antes e depois dos seus respectivos retornos em 1997 e 1999, há uma diferença abismal, no que toca às bases políticas, económicas, culturais e sociais, isto é, os pontos de partida históricos, para entrar numa “nova era”, caracterizada por “Hong Kong governada pela sua gente” e “Macau governada pela sua gente”. Por isso, os novos caminhos de “Um país, dois sistemas” de “Nova Hong-Kong” e “Nova Macau” têm apresentado percursos e orientações diferentes. Portanto, as visões directas das pessoas de Hong-Kong e Macau e as observações da comunidade internacional revelam-se umas “frias” e outras “quentes”. Comparando com a “pungência” com que se fazem observações nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento político, económico, cultural e social de uma “Nova Hong Kong” que já tem quase 8 anos de existência e sobre o comportamento do Governo de Hong Kong, encabeçado por Dong Jianhua, as observações

sobre o desenvolvimento político, económico, cultural e social duma “Nova Macau” e o comportamento do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, só com 5 anos, parecem mais tolerantes. Os elogios são quase em uníssono. Esta situação não é difícil de compreender. Se Hong Kong, antes da sua reintegração em 1997, já era uma sociedade capitalista relativamente amadurecida, Macau, antes do seu retorno, verificado em 1999, só era uma sociedade capitalista em desenvolvimento, na sua fase preliminar. Havia uma diferença bastante grande entre o nível do desenvolvimento social e a qualidade de vida entre os dois territórios. No “período de transição de 12 anos” em que se passou da “Velha Hong Kong” para a “Nova Hong-Kong”, apesar da situação política de Hong Kong ter ficado bastante crítica, em consequência de confrontações entre a China e a Inglaterra, a situação económica era boa, a taxa de liberdade económica e a competitividade tinham ocupado primeiros lugares mundiais; com isso tanto as pessoas de Hong Kong como a sociedade internacional estavam bastante satisfeitos. Perante a transição de 1997, elas estavam mais atentas aos “factores invariáveis” de “Um país, dois sistemas”, mas a situação de Macau era bem outra. Embora no “período de transição de 12 anos” da “Velha Macau” para a “Nova Macau”, os portugueses falassem na “Cooperação Sino-Portuguesa”, na “retirada gloriosa”, nunca conseguiram livrar-se da mentalidade de “Governo de poente”, nem assumiram as responsabilidades definidas pela Declaração Conjunta. Sem falar nos 3 velhos problemas que eram a localização da Função Pública, a localização das leis e a oficialização da língua chinesa, surgiram mais 3 novos problemas, a saber: a depressão económica, a má ordem pública e a transferência pouca clara, o que tornou bastante grave a situação de Macau, na véspera do seu retorno. Disso, seja as pessoas de Macau seja a comunidade internacional, ficaram muito desiludidas. Perante a transição de 1997, elas estavam mais atentas aos “factores variáveis” de “Um país, dois sistemas”. Por isso, Jiang Zemin, na cerimónia de transferência dos poderes de Hong Kong, em 1997, desejou um “futuro melhor para Hong Kong” e na cerimónia de transferência dos poderes de Macau, verificado em 1999, esperou que “Seja aberta uma nova era para Macau”, que encerra um significado transcendental. Foi difícil passar do “bom” da “Velha Hong Kong” para um “melhor” de uma “Nova Hong Kong”, mas foi, por assim dizer, fácil passar de um “menos bom” da “Velha Macau” para um “bom” da “nova Macau”. Qualquer recuo da “Nova Hong Kong”, por mais pequeno que seja poderia ser aumentado ao máximo, ao ponto de dar nas vistas do mundo inteiro. O mesmo

acontece à nova Macau. Qualquer “progresso” por mínimo que seja poderia ser aumentado ao máximo, ao ponto de estar no centro da atenção do mundo. Trata-se de um só lado da questão. Por outro lado, devido ao facto dos ingleses antes da sua bem pensada gloriosa retirada, antes da reintegração de Hong Kong, deixaram algumas estruturas políticas e influência política “visíveis” ou “invisíveis”, que viriam a confrontar-se com o futuro governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong e o Governo Popular Central, e na passagem de uma “Velha Hong Kong” para uma “Nova Hong Kong”, a sua procura das transformações económicas e reajustes das estruturas industriais não tem conseguido adequados interfaces, nem novos pontos de crescimento, dando origem a uma depressão económica persistente. Após o retorno, verificado em 1997, no desenvolvimento político de “Nova Hong Kong”, sobretudo no desenvolvimento político do segundo mandato do Governo de Dong Jiahua, surgiu uma série de notas dissonantes; por exemplo, as movimentações contra o art.º 23º da Lei Básica chegaram ao seu auge, quando levaram um milhão de pessoas à rua, em 1 de Julho de 2003. Outro exemplo é a manifestação de meio milhão de pessoas, verificada em 1 de Julho de 2004, contra a interpretação da Assembleia Popular Nacional e a decisão da mesma sobre os problemas do sufrágio universal para o Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa, respectivamente em 2007 e 2008. Nem sequer houve consenso sobre os problemas básicos, tais como, “Hong Kong governada pelos patriotas” e os “valores nucleares de Hong Kong”. Isto afectou gravemente a autoridade máxima da Lei Básica, prejudicou seriamente a estabilidade da sociedade de Hong Kong, lesou grandemente os passos paulatinos da democratização e afligiu gravemente a prosperidade económica e a competitividade da sociedade de Hong Kong. Disso, tanto as pessoas de Hong Kong, como a comunidade internacional não têm boa avaliação. No entanto, os comportamentos a curto prazo, traduzidos numa total lavagem de mãos de todos os assuntos, por parte dos Portugueses, na véspera do retorno de Macau, verificado em 1999, tinham limitado, dum modo objectivo, o caminho para que a “Nova Macau” abandonasse cabalmente os “factores colonialistas” e as “mentalidades colonialistas”, em prol da edificação política, económica, cultural e do desenvolvimento social que se baseiam em “Um país, dois sistemas” e “Macau governada pela sua gente”. Em “Nova Macau”, a Lei Básica é conhecida de toda a gente. A consciência de “Macau governada pelos compatriotas” está profundamente implantada. Além disso, na passagem da “Velha Macau” para a “Nova Macau”, sob o princípio da “Consolida-

ção de bases e de um desenvolvimento firme”, foi possível “Tomar os jogos e o turismo como a locomotiva e os serviços como o corpo principal, numa integração de todas as actividades, para alcançar uma adequada diversificação da estrutura económica, destinada a uma viragem económica e reajustes industriais para levar a cabo as medidas com que tenta ser a “Plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e a Lusofonia”, a “Plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong” e a “Plataforma de apoio ao intercâmbio e cooperação com os empresários chineses dispersos no mundo”. A situação económica passou de um “crescimento negativo” para um “crescimento recuperativo”, passando para um “crescimento evolutivo”, com uma série de “vitórias triunfais”. Na “Nova Macau” tudo é novo e todas actividades estão à espera do seu reinício; disso, tanto as pessoas de Macau como a comunidade internacional têm uma elevada avaliação.

II

No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, na sua governação, tem-se debruçado especialmente sobre o problema do desenvolvimento económico. Também tem sido o problema fulcral que estava na atenção do Governo Popular Central, da Região Administrativa Especial de Macau e da comunidade internacional. Neste aspecto, Macau tem ganho elogios atrás de elogios. Pode afirmar-se que o modelo de Macau “Um país, dois sistemas” tem ganho paulatinamente forma da “Nova Macau”. O seu amadurecimento tem-se baseado na passagem de “nublado a limpo” do desenvolvimento económico de Macau.

Desde o retorno, verificado em 1999, o desenvolvimento económico de Macau tem tido dois pontos chamativos: primeiro, uma passagem do “desenvolvimento recuperativo” a um “desenvolvimento evolutivo”; segundo, uma evidência cada vez mais marcante duma “plataforma internacional de serviços económicos e comerciais regionais”.

A economia moderna de Macau iniciou os seus passos de modernização, a partir dos anos 60 do século XX. Após um rápido crescimento e completo desenvolvimento, na ordem de dois dígitos, durante os últimos 30 anos, Macau já tem uma estrutura económica, baseada em 4 pilares industriais que são o jogo e o turismo, a exportação e as indústrias transformadoras, os bancos e seguros e o imobiliário e a construção

civil, tendo atingido uma envergadura que lhe permite ser conhecida como o “Quinto Dragão da Ásia”. No entanto, devido à falta de recursos económicos e à fraca base económica, a estrutura industrial revela-se relativamente monorgânica, com uma excessiva dependência do jogo e do turismo (cujas receitas representam aproximadamente 40 a 50% do PIB). Os impostos da concessão dos jogos representam 60 a 70% da receita das finanças públicas; por isso, antes do retorno, verificado em 1999, a partir do início da década 90 do século XX, começaram a fazer-se ajustes, que acabaram por ser não muito bem sucedidos. No que diz respeito à melhoria do ambiente de investimento e do aumento da competitividade internacional de Macau, verificou-se uma passagem funcional de “Monte Carlo do Oriente” para “Las Vegas do Oriente”. Isto é, no que diz respeito ao desenvolvimento diversificado do turismo, está a ser reforçada a construção de infra-estruturas de turismo, de grande envergadura. Conseguiram-se sucessos bem à vista, no que diz respeito à transformação e reciclagem empresarial das indústrias transformadoras, ao aparecimento de novos pólos de desenvolvimento económico, tais como, as altas técnicas e tecnologias, as telecomunicações, com elevado valor acrescentado e os transportes aéreos, a taxa de desemprego estacionária e a resolução de 50 mil habitações não ocupadas e a reactivação de 50 biliões de patacas de dinheiro parado. Segundo estatísticas da DSEC da “Velha Macau” e da “Nova Macau”, a partir de 1993, a taxa de crescimento económico anual de Macau tem-se abrandado. Desde 1996, surgiu o desenvolvimento negativo. No mesmo ano, verificou-se um crescimento negativo de 0,4% (com base em valores correntes de 1996, o PIB foi de 55,3 biliões de patacas). Em 1997, um crescimento negativo de 0,3% (com base em valores correntes de 1996, o PIB foi de 55,1 biliões de patacas). Em 1998, um crescimento negativo de 4,6% (com base em valores correntes de 1996, o PIB foi de 52,6 biliões de patacas). Em 1999, um crescimento negativo de 3% (com base em valores correntes de 1996, o PIB foi de 51 biliões de patacas).

Exactamente perante esta realidade, fuando se verificava uma passagem da “Velha Macau” para a “Nova Macau” e se assistia a uma base económica insuficiente, uma baixa qualidade económica, a uma insuficiência no valor total económico e a um desejável ambiente para o investimento, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, soube abandonar as ideias megalómanas de sucessos e méritos imediatos. Nos seus 6 relatórios de linhas de acção governativa de 2000 a 2005, foram

realçados os princípios estratégicos de “passos paulatinos” e “Consolidação de bases e um desenvolvimento firme” para levar a cabo os trabalhos básicos da reconstrução económica com esforços bem pragmáticos, fazendo com que a economia de Macau saísse da sua situação estacionária e tivesse começado um ressurgimento e revalorização paulatina.

O ressurgimento e revigoração do jogo e do turismo de Macau constituem o símbolo mais marcante da recuperação global da situação económica de Macau. Segundo estatísticas da DSEC da “Velha Macau” e da “Nova Macau”, o jogo e o turismo que tiveram estado em depressão, na véspera do retorno de 1999, após esta data, já tinham saído do fundo da depressão, ganhando uma nova vitalidade e enveredando por uma via rápida de um novo desenvolvimento. Antes do retorno de Macau, o número total dos turistas que visitaram Macau baixou de 8,15 milhões pessoas em 1996, para 7 milhões de pessoas em 1997; 6,95 milhões de pessoas em 1998 e 7,44 milhões de pessoas em 1999. Após o retorno, subiu para 9 milhões de pessoas em 2000; 10,28 milhões de pessoas em 2001; 11,53 milhões de pessoas em 2002; 11,89 milhões de pessoas em 2003 e aproximadamente 12 milhões de pessoas em 2004. As quatro grandes fontes de turistas de Macau são, respectivamente, o interior da China, Hong Kong, Taiwan e Japão, que estão em aumento crescente. O interior da China conheceu o maior aumento. Sem falar nos dias normais, somente nos 3 grandes feriados chineses nacionais que duram 7 dias cada um, que são respectivamente o Primeiro de Maio, o Dia Nacional da China e a Festa da Primavera, cerca de 300 mil turistas visita Macau, com um consumo per capita de 3000 patacas. A receita fiscal dos jogos do Governo, em 2000, foi de 5,7 bilhões de patacas; em 2001, 6 bilhões de patacas; em 2002, 7,8 bilhões de patacas; em 2003, 10 bilhões de patacas e em 2004, aproximadamente 13 bilhões de patacas.

Poderiam ser citados muitos factores para explicar como é que o turismo de Macau em apenas 5 anos, após o seu retorno, conseguiu revigorar-se para consolidar o seu estatuto de locomotiva como a indústria pilar em todo o sistema económico de Macau. Por exemplo: a melhoria essencial da ordem pública de Macau, o que recuperou o sentido de segurança e a confiança dos turistas que visitam Macau; as tradições de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, tendo as suas características e vantagens sido reforçadas e evidenciadas; a candidatura do centro histórico de Macau a património cultural do mundo; toda a classe de

festivais internacionais artísticos, musicais, de fogo de artifício, gastronómicos e o Grande Prémio de Macau, que alargam os interesses dos turistas para mais além do que o jogo; os “factores (do interior) da China” que têm desempenhado uma influência muito positiva e cada vez mais importante no desenvolvimento do turismo de Macau, com destaque para os apoios que o Governo Popular Central tem dado à liberalização do mercado de transportes aéreos de Macau, para o projecto de “visto individual” para Macau, concretizado por algumas cidades do Interior da China, que tem aumentado a dimensão das fontes dos turistas, etc. Um dos factores mais decisivos foi a “liberalização dos jogos”, que constitui uma reforma interna e inovadora dos regimes dos jogos de Macau, que lhes permite passar duma concessão de “monopólio” para uma exploração de “concorrência livre”, trazendo assim novas forças motrizes ao desenvolvimento do jogo e do turismo de Macau.

Desde os anos 30 do século XX até ao início do século XXI, um período em que houve uma história secular de monopólio e concessão, protagonizada por firmas tais como, a Companhia Recreativa Haoxin, a Companhia Recreativa Taixin e a SDTM e pessoas como, Lu Jiu, Gao Kening, Fu Deyin, Ye Han e Stanley Ho, que têm impulsionado a modernização dos jogos de Macau, fazendo com que eles sejam uma indústria pilar do desenvolvimento económico de Macau, com uma imagem de “Monte Carlo do Oriente” e influências cada vez mais conhecidas, a nível mundial. No entanto, a partir dos finais dos anos 80 e início dos 90 do século passado, com a entrada de Macau num “período de transição de 12 anos” da “Velha Macau” para a “Nova Macau”, países e territórios circundantes de Macau têm legalizado os jogos para impulsionar o turismo, o que constitui desafios para o estatuto de monopólio dos jogos que Macau detinha na Ásia e na Ásia Pacífico. Perante estas pressões, o monopólio e a concessão dos jogos deixaram transparecer muitos males, tais como, o “encerramento”, o “conservadorismo”, a “rigidez” e a “indiferença perante os mecanismos de mercado”. Após o retorno, verificado em 1999, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, à vista das exigências internas e externas, em relação às reformas e inovações do regime dos jogos de Macau, aproveitando a ocasião da cessação, em Dezembro de 2001, do contrato de concessão dos jogos entre o Governo de Macau e a STDm, pretendeu preliminarmente “liberalizar os jogos” para poder introduzir de maneira planeada e calendarizada capitais de fora e a concorrência internacional, transformando assim a concessão dos jogos em 3

licenças. No início de 2002, de acordo com o “Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar”, abriu um concurso público, de que resultou a concessão de 3 licenças para os jogos. Uma para a Sociedade de Jogos de Macau, S.A., de capital local; outra para a Wynn Resorts (Macau) S.A., e uma terceira para a Galaxy Casino S.A., ambas de capitais estrangeiros. No mesmo tempo fez-se um aumento considerável dos impostos da concessão e dos benefícios no prémio de concessão que passaram de 31,8% para 35%. As 3 concessionárias prometem investir nos próximos 10 anos em Macau 17, 5 biliões de patacas para a construção das infra-estruturas dos jogos e turismo. A Doca dos Pescadores, da Sociedade de Jogos de Macau, S.A., a Wynn Resorts, de Wynn Resorts (Macau) S.A., a Sands Casino e a Casino Waldo, da Galaxy Casino S.A., ou iniciaram as suas obras ou estão já na fase de conclusão. Esta “situação tripartida” tem assentado bases para os jogos de Macau poderem ser reorganizados e se encaminharem no sentido da “diversificação” dum “turismo de massa” e tem criado as condições necessárias. Logo desde a “liberalização dos jogos”, o número de turistas a visitar Macau e o volume das receitas fiscais têm aumentado gradualmente, o que constitui uma prova mais do que convincente.

Devido ao estatuto de locomotiva e de preponderância dos jogos e turismo em todo o sistema económico, a recuperação e a revitalização dos jogos e turismo de Macau têm impulsionado um global restabelecimento da situação económica de Macau. A hotelaria, a restauração, as actividades recreativas, o vestuário, os souvenirs, até o imobiliário e a construção civil, os bancos e os seguros e os transportes, que estavam em baixo iniciaram um novo período de prosperidade. Em Macau, obras de toda a classe de infra-estruturas ou estão já iniciadas ou para ser iniciadas; por exemplo, o posto fronteiriço da Porta do Cerco, o edifício da Alfândega de Macau, a Piscina Olímpica de Macau, o Pavilhão Polidesportivo, a Zona Industrial Transfronteiriça entre Zhuhai e Macau, a Terceira Ponte entre Taipa e Macau, a ponte entre Hong Kong, Zhuhai e Macau, a extensão da Auto-estrada Pequim-Zhuhai e a circular de Macau, etc. As importações e exportações de Macau estão em plena actividade. Segundo estatísticas da DSEC da “Velha Macau” e da “Nova Macau”, houve sufridos de 33,7 biliões de patacas em 1997; 32,7 biliões de patacas em 1998; 33,9 biliões de patacas em 1999, antes do retorno de Macau; 35 biliões de patacas em 2001; 37,6 biliões de patacas em 2002; 38,2 biliões de patacas em 2002; 42,7 biliões de patacas em 2003 e cerca de 45 biliões de patacas em 2004, depois do retorno. O PIB, que serve de indicador geral (a pre-

ços correntes de 1996), passou de quatro anos consecutivos (1996, 1997, 1998 e 1999), de crescimento negativo, antes do retorno, para 53,4 biliões de patacas em 2000 (com um aumento de 4,6%); 54,6 biliões de patacas em 2001 (com um aumento de 2, 2%); 60 biliões de patacas em 2002 (com um aumento de 1 0%); 69,4 biliões de patacas em 2003 (com um aumento de 15,6%) e 93,6 biliões de patacas em 2004 (com um aumento aproximado de 35%, dos quais, ao primeiro semestre correspondem 20 biliões de patacas, com um crescimento de 25,6% e ao segundo trimestre, 20,9 biliões de patacas, com em crescimento de 47,5%). Edmund Ho e o Governo de Macau, no início do retorno, verificado em 1999, já elaboraram os princípios estratégicos da “Consolidação de bases e um desenvolvimento firme” e os objectivos de “Tomar os jogos e o turismo como a locomotiva e os serviços como o corpo principal, numa integração de todas as actividades, para alcançar uma adequada diversificação da estrutura económica, destinada a uma viragem económica e reajustes industriais”, o que se está a tornar realidade numa Macau com apenas 448,5 mil habitantes e uma superfície de 27,3 quilómetros quadrados.

Devido ao muito limitado espaço para o desenvolvimento económico de Macau que é uma “nesga de terra” e pertence a uma economia em miniatura, a orientação e o posicionamento para o desenvolvimento económico numa “nova era” da “Nova Macau” é uma “escolha única”, que reside em se servir do seu especial estatuto de “porto franco” e de “zona alfandegária independente” e das suas vantagens regionais de “janela”, “ponte” e “via internacional” para poder estudar e definir o sistema de coordenadas do seu desenvolvimento, perante a concorrência internacional globalizada, a concorrência regional e as cooperações internacionais e regionais . Nos últimos 5 anos, desde o retorno, verificado em 1999, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, e os cidadãos de Macau, com os seus indomáveis esforços, têm conseguido pôr em evidência a “Plataforma económica regional internacionalizada do comércio e serviços”.

O espaço do desenvolvimento económico da “Nova Macau” para o interior e o exterior tem dois aspectos: primeiro, relações com o interior da China; segundo, relações com a União Europeia e a Lusofonia.

Um ponto fulcral da cooperação económica regional integrada entre Macau e o interior da China são as suas relações com o Município de

Zhuhai, com a Província de Guangdong, com a Província de Taiwan, com a Região Administrativa Especial de Hong Kong, com o Grande Delta do Rio das Pérolas e com o Pan-Delta do Rio das Pérolas, assim como com o Acordo CEPA, numa cooperação multinivelada e de todos os sentidos nas mais variadas áreas.

Desde o “Grupo de Ligação para a Cooperação entre Guangdong e Macau” e a “Reunião de Chefes dos Governos para a cooperação económica inter-regional entre Macau e Guangdong”, após o retorno de 1999, tem-se enveredado por um caminho de normalização e institucionalização, com o desaparecimento de impedimentos à circulação de pessoas, bens e recursos financeiros entre os dois lugares. A integração da cooperação económica regional entre Macau e Zhuhai tem o mais elevado grau. Na actualidade, o caso específico fulcral é a construção da Zona Industrial Transfronteiriça entre Macau e Zhuhai e a exploração conjunta da Ilha de D. João. A Zona Industrial Transfronteiriça será construída no domínio marítimo entre a Ilha Verde e a Ribeirinha de Zhuhai, com um aterro de 40 hectares, dos quais, 15 pertencem a Macau e os restantes a Zhuhai. Entre os dois aterros, haverá um canal de apenas 15 metros de largura para facilitar o desalfandegamento. As fábricas a serem instaladas na Zona Industrial Transfronteiriça serão principalmente do ramo têxtil, o que vai desempenhar uma função impulsionadora para a indústria transformadora de Macau que já está há vários anos em baixa. Em 9 de Dezembro de 2003, foi lançada a primeira pedra da Zona Industrial Transfronteiriça Zhuhai-Macau. Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças, que foi fabricante nos anos 70 do século passado, período áureo da indústria têxtil de Macau, chama o projecto da Zona Industrial Transfronteiriça Zhuhai-Macau de “Outra Primavera do desenvolvimento industrial de Macau”. Ele destacou: “A optimização da estrutura industrial de Macau está perante uma oportunidade nunca dantes vista”³.

Entre 1 e 3 de Junho de 2004, as 9 províncias Guangdong, Guangxi, Sichuan, Yunnan, Guizhou, Hunan, Jiangxi, Fujian e Hainan, banhados pelo Rio das Pérolas e as duas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau organizaram em conjunto o “Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas (RGDRP)”

³ *Concretização da Zona Industrial Transfronteiriça entre Zhuhai e Macau — uma primavera para o desenvolvimento industrial de Macau*, in Revista Macau, edição de Dezembro de 2003, nº 37.

que teve as suas sessões locais respectivamente em Guangdong, Hong Kong e Macau, de que saiu assinado o Acordo das molduras da cooperação regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas, o que constitui o início oficial do mecanismo de cooperação económica regional “9+2”. Logo desde início, quando a economia da “Nova Macau” começou a recuperar, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, lançou com clareza a ideia da “Plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e a Lusofonia”, a “Plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong” e a “Plataforma de apoio ao intercâmbio e cooperação com os empresários chineses dispersos no mundo”. A criação do mecanismo de cooperação regional “9+2” encaixa-se perfeitamente no objectivo estratégico da “Plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong”. O desenvolvimento económico do Delta do Rio das Pérolas tem uma característica muito típica, isto é, a “parte oriental forte e a parte ocidental fraca”. pelo facto de a orla ocidental do Delta do Rio das Pérolas ter excelentes recursos naturais e ambientais, recursos em terrenos e recursos Humanos, há uma vantagem regional muito destacada, com um enorme espaço para o desenvolvimento galopante. Por isso, constitui uma nova zona áurea para o boom económico do Delta do Rio das Pérolas. O início do mecanismo “9+2” reforçará a esfera de irradiação da “Plataforma de serviços comerciais para a zona Oeste da Província de Guangdong”. Edmund Ho, num seu discurso afirmou: “A cooperação na RGDRP tem-se processado de forma gradual, dentro duma sinergia de acção. Tendo começado por uma zona circunscrita ao Delta propriamente dito expandindo-se depois, até hoje, no sentido pan-regional, com um significado que não se cinge somente à amplificação do conceito geográfico mas também de integração regional e, conseqüentemente, do aparecimento de um sistema inovador e oportunidades de desenvolvimento. Esta cooperação obedece à tendência de desenvolvimento regional, articulada com as necessidades de desenvolvimento das zonas Este, Oeste e Centro do país, referindo o desejo comum de incrementar e reforçar as sinergias de acção regionais.” Acrescentou: O “dinamismo do sistema da pequena economia aberta de Macau depende, grosso modo, da cooperação externa que a concretização do princípio ‘Um país, dois sistemas’ não só alicerçou em bases de crescimento estável, mas também permitiu, simultaneamente, que a RAEM conseguisse, em tempo útil, um aproveitamento cabal do rápido e integrado desenvolvimento da Pátria que oferece muitas oportunidades do desenvolvimento. A cooperação na RGDRP terá um efeito cataliza-

dor do Acordo CEPA já em vigor, um instrumento que veio trazer novas garantias ao estreitamento da cooperação entre Macau e o interior da China, implicando uma maior expansão regional, enriquecimento da complementaridade de recursos e um maior espaço de serviços e oportunidades de crescimento”⁴.

Em 17 de Outubro de 2003, entre o Governo Popular Central e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, foi assinado o Acordo CEPA, o qual constitui um grande presente dado ao desenvolvimento económico da “Nova Macau” pelo Governo Popular Central. Ao mesmo tempo, constitui um marco de “aceleração” da cooperação económica, multinivelada e de todos os sentidos, entre o interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau. O acordo refere-se a 3 grandes áreas: a comercialização de bens, serviços e a facilitação dos investimentos. Através duma redução paulatina ou mesmo revogação de impostos de circulação de bens ou direitos alfandegários e não alfandegários que existem de facto, pretende-se promover paulatinamente a liberalização da comercialização, reduzir ou revogar todas as medidas discriminatórias que existem de facto entre ambas as partes, para facilitar os investimentos e reforçar o comércio e os investimentos entre o interior da China e Macau. De acordo com o CEPA, a partir do primeiro de Janeiro de 2004, dos produtos comercializados, 273 espécies fabricadas em Macau já podem entrar no mercado do interior da China, livres de direitos alfandegários; 18 actividades de serviços foram autorizadas com tolerância a entrar no mercado do interior da China. A maioria das pessoas do meio económico de Macau acha “A assinatura do CEPA constitui uma alavanca histórica para elevar a qualidade do crescimento da economia de Macau: 1. O CEPA criou um novo espaço de acção para o desenvolvimento económico de Macau; 2. O CEPA incentiva Macau a criar a sua plataforma internacional de comércio e cooperação; 3. O CEPA contribui para a promoção das indústrias locomotivas de Macau; 4. O CEPA otimizará a estrutura industrial de Macau; 5. O CEPA ajudará Macau a resistir às variações económicas mundiais”. Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças, frisou: “Neste momento, Macau ainda conta com 45 mil operários que trabalham nas indústrias transformadoras, espalhados por 1100 fábricas licenciadas, cujos custos produtivos são inferiores aos de Hong Kong. É insignificante a poupança que o CEPA

⁴ *Jornal Ou Mun*, edição de de Dezembro de 2004.

pode dar a Macau, pois as mercadorias que Macau exporta para o interior da China não são muitas. Exemplificando com valores do ano de 2002, como base de cálculo, o CEPA poderia permitir a Macau poupar 10 milhões de patacas de direitos alfandegários, mas este valor não tem grande significado real, pois o importante é que o CEPA forneça oportunidades para que os produtos de Macau possam entrar num enorme mercado de 1,3 biliões de habitantes do interior da China. Dos 263 produtos, mais de 140 são diferentes dos de Hong Kong. Mais de 60 não tem fabricação em Macau e isto trará uma nova oportunidade para os reajustes da estrutura industrial de Macau”⁵. Neste momento, o CEPA já foi iniciado em Macau. Segundo estatísticas mais actualizadas da DSEC, entre Janeiro e Setembro de 2004, deram entrada 95 pedidos de isenção da taxa alfandegária, dos quais uma boa parte é exportada pela primeira vez para o mercado do interior da China. Foram emitidos 57 certificados de origem para isenção de direitos alfandegários, para exportações num valor de 1, 350, 000 patacas, o que significa uma poupança de 115,000 patacas. A partir do quarto trimestre de 2003, 47 fabricantes pediram licenças para a instalação das suas unidades fabris, junto do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, das quais 30% são de fabricação de medicamentos tradicionais chineses, entre outras novas indústrias competitivas.

Em termos de desenvolvimento económico, as cooperações internacionais da “Nova Macau” concentram-se nos países da União Europeia e da Lusofonia. Entre Macau e os países da União Europeia, têm existido boas relações interactivas. Antes do retorno de Macau, verificado em 1999, Macau já era intermediário e via internacional para as médias e pequenas empresas da União Europeia, com grande componente tecnológica, entrarem no mercado do interior da China, sobretudo do sul, e das médias e pequenas empresas da região do Delta do Rio das Pérolas entrarem nos países da União Europeia. Em 1992, foi criado o Centro de Documentação e Difusão de Informação da Europa, que mantém contactos directos com mais de 250 centros congéneres dos países da União Europeia para fornecer serviços de contactos especialmente para médias e pequenas empresas. Após o retorno, verificado em 1999, os laços económicos e culturais entre Macau e os países da União Europeia foram reforçados. Em Junho de 2002, Edmund Ho visitou Portugal, que exercia a presi-

⁵ *A assinatura de CEPA levará a economia de Macau a manter um desenvolvimento sustentado*, em Revista Macau, edição de Outubro de 2003, n.º 36.

dência da União Europeia da primeira metade de 2004 e a França, da segunda metade do mesmo ano, e assinou respectivamente acordos económicos e de intercâmbio cultural com os dois países. A partir daí, têm sido muito frequentes as trocas de visitas entre o Governo de Macau e dirigentes de países da União Europeia. Francis Tam, numa sessão da “Comissão Mista Europa-Macau” frisou: “As estreitas relações entre Macau e os países da União Europeia constituem factores muito importantes para o desenvolvimento sustentado da economia de Macau”.

Macau mantém especiais laços políticos, económicos e culturais com os países latinos, sobretudo com os países lusófonos, dentro das tradições históricas. Isto constitui outra grande fonte de recursos com que a “Nova Macau” possa continuar a manter a sua identidade e o estatuto de “janela”, “ponte” e “via internacional” para o intercâmbio entre a China e o Ocidente. Em Outubro de 2003, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa teve lugar em Macau, sob o alto patrocínio do Ministério do Comércio da China. 8 países lusófonos - Portugal, Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe (como este último que mantém as chamadas relações diplomáticas com Taiwan, não pôde participar como membro oficial, mas na em qualidade de observador. Como o seu Ministro do Comércio estava de visita a Angola, não participou neste evento), assinaram um “programa de acção” que visava o reforço das operações económicas e comerciais entre os países participantes, com base nos princípios de “Benefícios mistos, complementaridade, confiança mútua e ganhos mútuos”. Este foi o maior e o mais importante evento internacional de Macau, desde o seu retorno em 1999. Este fórum realizar-se-á cada 3 anos. A criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa prova uma posição realista que o Governo Popular Central adopta ao apoiar o Governo da Região Administrativa Especial de Macau a reconhecer e a tratar os problemas históricos, legados pela dominação colonial portuguesa, para transformar este “fardo” de ligações históricas durante vários séculos com esses países lusófonos em vantagens políticas, económicas e culturais da “Nova Macau”, para dar pleno desempenho à função de Macau como “plataforma de intercâmbios”, para reforçar as ligações políticas, económicas e culturais com os países que foram colónias portuguesas, incluindo Portugal, um mercado que ultrapassa 200 milhões de habitantes, a fim de reforçar a influência do “ressurgimento pacífico da China”, neste âmbito geográfico.

III

No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o Governo, encabeçado por Edmund Ho, além de ter dado realce à resolução dos problemas do desenvolvimento político, também tem começado a ocupar-se com a orientação do seu desenvolvimento político, com a democracia e com a construção duma sociedade harmoniosa, com a construção de novas relações, sob as molduras de “Um país, dois sistemas”, entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo Popular Central, entre o interior da China e entre o órgão executivo da Região Administrativa Especial de Macau e os seus órgãos legislativo e judicial, os cidadãos de Macau, sem deixar de se preocupar com as relações entre “Um país” e “dois sistemas”, sob as molduras de “Um país, dois sistemas”, o amor pela pátria e o amor por Macau, os “poderes delegados pelo Governo Popular Central” e uma “autonomia local de elevado grau”, o “socialismo como corpo” e o “capitalismo regional”. No entanto, se levarmos em consideração as “grandes manobras” e as “marchas triunfais” que o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, conseguiu no desenvolvimento económico, no primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o seu desenvolvimento político tem sido a “passos pequenos”, que se caracterizam por um marcante “conservadorismo” e “experimentalismo”. As medidas reformistas têm sido bem pensadas e prudentes e lançaram ali-cerces para as “grandes manobras” e o aprofundamento do desenvolvimento político da “Nova Macau”, no seu segundo quinquénio.

No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o primeiro sucesso que o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, conseguiu no seu desenvolvendo político, foi a definição da base de “Um país, dois sistemas”. Conseguiu “vantagens políticas”, que se traduzem na criação da “confiança mútua” e da “interacção benigna” entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo Popular Central e o interior da China; sobretudo criou-se no Governo da Região Administrativa Especial de Macau e nos seus cidadãos uma “alta confiança”, no sentido de o Governo Popular Central e do interior da China não “intervirem” nos assuntos internos de Macau e uma “alta confiança” do Governo Popular Central e do interior da China, em relação à “autonomia de elevado grau” e “Macau governada pela sua gente”, praticadas pela Região Administrativa Especial de Macau e seu Governo.

Desde o retorno de Macau, verificado em 1999, o grupo dirigente da terceira geração do Partido Comunista da China, encabeçado por Jiang

Zemin, a nova direção do Partido Comunista da China, liderada pelo seu secretário-geral Hu Jintao, assim como os dois Governos, sucessivamente liderados por Zhu Rongji e Wen Jiabao, têm-se servido de todas as oportunidades de encontros oficiais ou oficiosos com o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, incluindo a cerimónia de transferência dos poderes de Macau em 1999, as cerimónias anuais da celebração do retorno de Macau, que têm lugar em cada 20 de Dezembro, assim como a assistência do Chefe do Executivo nas duas “Assembleias Gerais” na primeira metade de cada ano e o balanço de trabalho na segunda metade de cada ano em Pequim, para, a nível nacional e internacional, mostrar uma “elevada confiança” do Governo Popular Central e do interior da China na governação, pela Lei Básica, do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, e uma firme posição de apoio total. Tem delegado “suficientes poderes” para ajudar o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, no que diz respeito a sua autoridade e confiança numa “autonomia de elevado grau” e “Macau governada pela sua gente”. Em 18 Dezembro de 2000, Jiang Zemin, então Presidente da República Popular da China, recebeu pela primeira vez Edmund Ho, em visita de trabalho a Pequim. Ele destacou: “No último ano passado, desde a fundação da Região Administrativa Especial de Macau, os órgãos administrativo, legislativo e judicial têm-se completado com um funcionamento feliz. A ordem social tem conhecido melhorias significativas e a economia tem experimentado um crescimento recuperativo. Os nossos compatriotas de Macau, que são agora donos do seu destino, têm dado desempenho às suas gloriosas tradições de amor pela Pátria e por Macau e têm participado na gestão dos assuntos da Região Administrativa Especial e na sua construção”. Jiang Zemin foi mais claro ao dizer: “O primeiro ano da vida da Região Administrativa Especial de Macau teve, em termos globais, um bom início. Isto prova suficientemente que as pessoas de Macau não só podem gerir bem Macau como são capazes de ter uma gestão melhor do que antigamente”⁶. Em 26 de Dezembro de 2000, Jiang Zemin recebeu pela segunda vez Edmund Ho em visita de trabalho a Pequim. Ele exprimiu a sua satisfação, em relação à aplicação das orientações de “Um país, dois sistemas” e da Lei Básica, nos dois anos transcorridos, desde a fundação da Região Administrativa Especial de Macau e elogiou o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho,

⁶ *Diário do Povo*, edição de 19 de Dezembro de 2000.

pela sua governação pela lei e o tratamento activo e adequado dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento, a longo prazo, da sociedade de Macau⁷. Em 11 de Dezembro de 2002, quando Jiang Zemin recebeu pela terceira vez Edmund Ho, em visita de trabalho, a Pequim, frisou: “Nos últimos 3 anos, desde o retorno, em Macau verifica-se uma estabilidade social, com crescimento económico e satisfação da vida quotidiana e profissional por parte da população. Os factos provam que as orientações de ‘Um país, dois sistemas’ não só são aplicáveis à resolução dos problemas de Hong Kong e Macau, legados pela história, mas também constituem garantias fortes para manter a prosperidade, a estabilidade e o desenvolvimento de Hong Kong e Macau”⁸. Em 3 de Dezembro de 2003, Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, quando recebeu pela quarta vez Edmund Ho, em visita de trabalho, destacou: “Desde o retorno de Macau à mãe pátria, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçado pelo Sr. Edmund Ho, tem sido activamente empreendedor e pragmático, ao ter melhorado a ordem pública, levado a cabo reformas administrativas do Governo, definido orientações para o desenvolvimento económico de Macau e medidas que correspondem à realidade de Macau. Tem aprofundado a cooperação económica com o interior da Mãe Pátria e alargado os intercâmbios internacionais, dando origem a uma boa situação de Macau, em que se verificam a estabilidade social, a satisfação da vida quotidiana e profissional por parte da população e o desenvolvimento económico sustentado”⁹. Em 21 de Setembro de 2004, Hu Jintao recebeu em Pequim Edmund Ho, que lá foi receber a nomeação para o segundo mandato de Chefe de Executivo, ao confirmar de maneira suficiente os méritos alcançados nos últimos 5 anos do primeiro Governo da “Nova Macau”, encabeçado por Edmund Ho, frisou: “Desde o retorno de Macau à Mãe Pátria, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçado pelo Sr. Edmund Ho, tem levado duma maneira completa as orientações de “Um país, dois sistemas” e a Lei Básica e tem governado segundo a lei e tem liderado todos os círculos sociais de Macau, na sua luta unida e nos seus progressos pragmáticos, conseguindo uma nova situação de desenvolvimento económico sustentado e acelerado, de estabilidade e harmonia, e de satisfa-

⁷ *Diário do Povo*, edição de 27 de Dezembro de 2001.

⁸ *Diário do Povo*, edição de 12 de Dezembro de 2002.

⁹ *Diário do Povo*, edição de 4 de Dezembro de 2003.

ção da vida quotidiana e profissional por parte da população”. Hu Jintao foi muito claro, ao dizer que esperava que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçado por Edmund Ho, continuasse a fazer esforços em sintetizar as experiências bem sucedidas da sua governação até agora e lhes desse maior desempenho, se concentrasse no desenvolvimento económico e continuasse empenhado firmemente na estabilidade da ordem social, fizesse esforços para criar um ambiente social harmonioso, a fim de promover o desenvolvimento completo de todas as actividades de Macau e administrar bem todos os assuntos de Macau”¹⁰. Trata-se dum alta confiança que o Governo Popular Central exterioriza publicamente, em relação à governação, baseada na Lei Básica, por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçado por Edmund Ho e também é uma acção concreta que traduz uma firme posição de total apoio ao Governo de Macau. No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, os dois últimos presidentes da República Popular da China, Jiang Zemin e Hu Jintao, o Ex- primeiro-ministro Zhu Rongji, Li Peng, ex-presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, assim como Li Ruihuan, ex-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Zeng Qinghong, vice-presidente da República Popular da China realizaram visitas de inspecção a Macau. Zhu Rongji, numa linguagem bem caracterizada e bem representativa, disse: levando em consideração o comportamento do trabalho de Edmund Ho, “tem trabalhado melhor do que eu”, “tem feito melhores trabalhos do que eu”¹¹ e “Dar-lhe-ei todos os apoios de que ele precisar”¹².

No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, obteve um segundo grande sucesso no assentamento da base de “Um país, dois sistemas” para o seu desenvolvimento político, que reside na divulgação generalizada da Lei Básica, que é uma “Pequena Constituição” de “Um país, dois sistemas” e o enraizamento da consciência da “governação de Macau pelos compatriotas”, que se traduz em “Macau governada pela sua gente.” Os mais de 400 mil cidadãos de todos os círculos sociais, sob a liderança do Governo de Macau,

¹⁰ *Diário do Povo* edição de 22 de Setembro de 2004.

¹¹ *O Chefe do Executivo Edmund Ho irá a Pequim para o balanço de trabalho da sua governação — o Governo Central elogia a estratégia de desenvolvimento de Macau*, in *Revista Macau*, edição de Dezembro de 2002, n.º 31.

¹² *O Governo Central oferece total apoio a Edmund Ho*, in *Revista Macau*, edição de Junho de 1999, n.º 10.

encabeçado por Edmund Ho, e sempre seguidores de “coração chinês e sentimentos de Macau” têm-se dedicado, sob a bandeira de “amor pela Pátria e por Macau” e de corpo e alma à construção duma sociedade de excelência e harmoniosa, que tem “Um país” e “dois sistemas” como a condição prévia e a base. Evidentemente, isto também é condição prévia e base da alta confiança que o Governo Popular Central e o interior da China depositam na “autonomia de elevado grau” do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, nos cidadãos Macau e no apoio de todos.

Deste o dia em que nasceu a Nova Macau, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, tem divulgado e aplicado a Lei Básica, junto de mais de 400 mil cidadãos de todos os círculos sociais de Macau para formar a consciência de integração no Estado da República Popular da China e da nação chinesa, e de “novo cidadão”, que é dono do seu destino. Tudo isto tem sido o fulcro da governação de Macau. As mais variadas organizações promotoras da Lei Básica, seja oficiais seja oficiosas, têm organizado juntas, desde o Jardim de infância até à Universidade, desde os funcionários públicos aos cidadãos comuns, actividades educativas das mais variadas formas para divulgar o “amor pela pátria e por Macau” e a Lei Básica. Já em Abril de 1999, na véspera do retorno de Macau, Edmund Ho, na sua plataforma de candidatura a primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau — Desafiar as dificuldades para criar em conjunto novas oportunidades — dedicou as primeiras linhas à aplicação de “Um país, dois sistemas” e da Lei Básica. Ele declarou: “ ‘um país’ é a base de ‘dois sistemas’. Ao aplicar ‘Um país, dois sistemas’, é preciso empenhar-se com firmeza na aplicação da Lei Básica”¹³. Ele acrescentou em termos mais concretos: “Na sua essência, o relacionamento entre ‘um país’ e ‘dois sistemas’ é unificado. Por um lado, sem ‘um país’ não haverá ‘dois sistemas’. Os interesses gerais de Estado e da nação são as condições prévias e a garantia dos interesses de Macau; por outro lado, os bons sucessos de “Macau governada pela sua gente”, com uma “autonomia de elevado grau” também são uma parte da prosperidade, o enriquecimento e a reunificação da nação. O princípio para deixar bem tratadas as relações entre ambos seria a aplicação incondicional da Lei Básica.” Ele continuou a dizer: “Como o Chefe do Executivo, em termos diplomáticos e de defesa Nacional, levará com firmeza a cabo políticas e medidas do Governo Popular Central, mandará aplicar as leis nacionais

¹³ *Journal Ou Mun*, edição de 19 de Abril de 1999.

em Macau, nos assuntos específicos da Região Administrativa Especial, sobretudo em assuntos de grande importância, manterá estreitos contactos com o governo central”¹⁴. Transcorridos 5 anos, em Agosto de 2004, na plataforma de candidatura de Edmund Ho a segundo mandato do Chefe do Executivo — Por uma sociedade de excelência e um belo futuro, começa por reafirmar a “Promoção da prática de ‘Um país, dois sistemas e a Lei Básica”. Explicou: “Um país, dois sistemas”, o grande princípio que é posto em prática por nós, gente de Macau, obteve o primeiro êxito, garantindo a Macau estabilidade, prosperidade e desenvolvimento. O alcance desse resultado tem origem na sua precisão, cientificidade e vitalidade florescente; na garantia jurídica e no espaço de desenvolvimento suficientemente dados a nós pela Lei Básica e no forte apoio integral, pleno de energia, concedido à RAEM pelo Governo Central.” Continuou a esclarecer: “Neste princípio, a existência dos ‘dois sistemas’ tem por pré-requisito ‘um país’ que é a garantia do êxito da prática dos ‘dois sistemas’. Desde a constituição da RAEM, mantivemos a estabilidade; vencemos desafios; reformamos; progredimos continuamente e exploramos o caminho para o futuro; tudo isto depende totalmente da base fundamental, plena de vitalidade, de ‘Um país, dois sistemas’, do apoio substancial e enérgico da grande Pátria e das experiências adquiridas da vivência quotidiana, da inteligência e do esforço fornecidos pela população de Macau na nova era da RAEM. Nós e os nossos sucessores temos de acolher esse princípio no nosso coração, defendê-lo e segui-lo na prática. Neste pressuposto, temos de criar as condições peculiares de Macau e novas experiências, de modo a que essa ideologia geral de ‘Um país, dois sistemas’ seja consolidada pelo aumento da prática e dos factos reais, e este princípio e a RAEM, um dos seus praticantes, ganhem a grande flexibilidade histórica e se afirmem sempre invencíveis”¹⁵. Por isso, desde 2000 a 2005, nos 6 relatórios das linhas de acção governativa, publicados por Edmund Ho, durante o seu primeiro e segundo mandatos como Chefe do Executivo, os conteúdos relacionados com aplicação de “Um país, dois sistemas” e a Lei Básica ocupam espaços bastante consideráveis, que a partir de ângulos diferentes, dão esclarecimentos sobre a ideologia política do “amor pela pátria e por Macau”. No relatório das linhas de acção governativa para o ano financeiro de 2000, foi destacado: “...o ‘amor pela pátria e o amor por Macau’ têm sido sempre uma tradição de exce-

¹⁴ *Diário do Povo*, edição de 16 de Maio de 1999.

¹⁵ *Jornal Ou Mun*, edição de 19 de Agosto de 2004

lência da sociedade de Macau. Com o regresso de Macau à Pátria, esta tradição tornou-se uma corrente dominante de forças em torno do princípio “Um país, dois sistemas e da construção dinâmica de Macau.” “Para dar continuidade ao princípio ‘Um país, dois sistemas’, será prestada maior atenção à promoção da cultura chinesa, formando nos cidadãos o espírito do amor pela pátria e do amor por Macau”. “Continuaremos a cumprir rigorosamente a Lei Básica e a defender com determinação os princípios de ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’ e com uma autonomia de elevado grau. Neste quadro, iremos valorizar o tradicional sentimento de amor pela pátria e amor por Macau das pessoas locais, bem como reforçar o humanismo e o universalismo”¹⁶; O relatório das LAG para o ano financeiro de 2001 assinala: “O Governo da Região Administrativa Especial de Macau e os seus mais altos funcionários têm que assumir, sempre e em todas as circunstâncias, as suas responsabilidades perante o Governo Central e os cidadãos de Macau.” “Temos que intensificar acções no âmbito da educação cívica, sobretudo no que se refere à consciencialização da ideia do Estado e da Nação, dos direitos e deveres, bem como das noções de liberdade e responsabilidade”¹⁷.

O relatório das LAG para o ano financeiro de 2002 assinala: “... o facto mais importante foi o reconhecimento e a aceitação geral dos princípios de “Um país, dois sistemas”, de “Macau governado pelas suas gentes” e com uma autonomia de elevado grau, que cedo se transformaram em actos sociais e cultura política das pessoas de Macau.” **“... sob os princípios de ‘Um país, dois sistemas’, de ‘Macau governada pela sua gente’, com uma autonomia de elevado grau, o Governo da RAEM continuará, com firmeza, a observar a Lei Básica e partindo dos interesses dos cidadãos e da estabilidade social, serão concretizados, com o nosso maior empenho”**¹⁸. O relatório das LAG para o ano financeiro de 2003 destaca: “A Lei Básica consubstancia o fundamento para a manutenção do desenvolvimento estável e saudável da sociedade; o amor pela Pátria e por Macau é uma tradição, por excelência, para manter a coesão dos sentimentos da população. Neste período em que a RAEM se encontra, ainda, nos seus primeiros anos, a sua população, salvaguardada pelas garantias consagra-

¹⁶ *Site Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China* (Base de dados de relatórios de linhas de governação, http://www.macao.gov.mo/policy/policy_cn.phtml).

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ *Idem.*

das na Lei Básica, tem sempre demonstrado amor pela Pátria e por Macau, espírito de entreatajuda e vocação empreendedora. Esta atitude trouxe-lhe como recompensa a recuperação contínua e a prosperidade progressiva. Esta experiência deve ser, por todos, acarinhada. Actualmente, Macau prepara-se para entrar numa nova fase de desenvolvimento, na qual, uma aplicação plena da Lei Básica e uma maior divulgação do espírito de amor pela Pátria e por Macau irão, certamente, permitir que todos nós, sem perder de vista o contexto global, prossigamos, com uma atitude inovadora e solidária, na construção de um cenário de prosperidade¹⁹. O relatório das LAG para o ano financeiro de 2004 frisa: “...nos momentos cruciais em que somos confrontados com os mais difíceis desafios, o Governo Central estará sempre do nosso lado de forma solidária, apoiando-nos com todas as suas forças.” “Mas, mais ainda, entendo que esta responsabilização representa o pilar de valores éticos que sustenta a relação entre Macau e a nossa Pátria, o Governo e a população, as comunidades e o indivíduo e entre as pessoas”²⁰. O relatório das LAG para o ano financeiro de 2005 declara: “É nossa obrigação difundir os valores do amor pela pátria e do amor por Macau junto dos jovens, promovendo mais acções de divulgação do princípio ‘Um país, dois sistemas’ e da Lei Básica. Iremos reforçar o ensino da História e Cultura chinesas para que os jovens se identifiquem, cada vez mais, com o Povo Chinês. Queremos que eles saibam estar sempre do lado da Nação de que fazem parte, mas que também saibam preocupar-se com a felicidade de outros povos do Mundo. Queremos que eles, vivendo em Macau, saibam abraçar a sua Pátria e colocar a sua vista em horizontes mais vastos deste Mundo.” “É de salientar que os princípios de ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’ e com uma autonomia de elevado grau constituem pressupostos incontornáveis para a meta da construção de uma sociedade de excelência. O princípio de ‘Um país, dois sistemas’ é o caminho que a Pátria e a RAEM escolheram para prosseguir em conjunto. Devemos ter consciência que sem o carinho e o apoio da Pátria, a construção de uma sociedade de excelência em Macau não passa de uma utopia. Por isso, o amor pela pátria e o amor por Macau, comportando uma vertente emocional e uma vertente racional, é um valor perene que devemos ter sempre presente. Temos a obrigação de nos identificar de alma e coração com os ideais de amor pela pátria e amor por Macau, cumprindo, respei-

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

tando e aplicando com rigor a Lei Básica, com vista a assegurar que a vitalidade do princípio de ‘Um país, dois sistemas’ se torne no melhor testemunho da concretização de uma sociedade de excelência em Macau”²¹.

Através dos incansáveis esforços dispensados pelo Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, Macau tem conseguido sucessos bem marcantes na divulgação de “Um país, dois temas” e “amor pela pátria e por Macau”. Na véspera do 5.º aniversário do retorno de Macau, Edmund Ho, ao sintetizar os seus trabalhos do primeiro mandato como Chefe do Executivo, destacou: “Nestes 5 anos, os princípios ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’ e com uma autonomia de elevado grau foram materializados com sucesso inegável nesta terra. A RAEM, enquanto parte inalienável da nossa Pátria, através da aplicação escrupulosa da Lei Básica, pôde manter o seu sistema capitalista e modo de vida. A RAEM soube harmonizar o seu passado histórico com as exigências dos tempos modernos, contribuindo para o enriquecimento da fórmula ‘Um país, dois sistemas’. Sob a égide deste supremo princípio, a cooperação e compreensão mútua entre a RAEM e o interior da China conheceram um patamar superior sem precedentes. A visão e as preocupações das gentes de Macau vieram a evidenciar uma maior identidade com as da nossa Pátria, e o amor pela pátria e o amor por Macau passaram a ser os sentimentos comungados por todos os cidadãos. As nossas comunidades e diferentes sectores sociais tornaram-se mais solidários e unidos. Todos esses factores constituem o garante político da estabilidade social e desenvolvimento estável da nossa RAEM”²². “Evidentemente, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, não se deixou dormir sobre os louros. As seguintes palavras de Cai Qizhen, Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, são bem reveladoras de como o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho tem tido uma plena consciência de “pensar na crise, no momento da paz, no que diz respeito à educação de ‘Um país, dois sistemas’ e do ‘amor pela pátria e por Macau’. No que diz respeito ao aspecto político, também houve consciência da crise. Agora, nós temos uma grande estabilidade política, mas se não continuarmos empenhados nesta educação, instruindo esta consciência de ‘Um país, dois sistemas’ e ‘Macau governada pela sua gente’ nas gerações futuras, não podemos garantir uma governação política a longo prazo e sem

²¹ Idem.

²² Idem.

problemas”. “A nossa geração testemunhou viragens históricas e viveu o retorno, mas as gerações vindouras não terão essas experiências. Para eles, ‘Macau governada pela sua gente’ é uma coisa natural. O período colonial, para eles será muito longínquo. Como é que as gerações vindouras vão compreender e aceitar ‘Um país, dois sistemas’? Isto será da nossa responsabilidade”. “Posso dizer, sem nenhuma dúvida, devemos reforçar a educação do patriotismo. O patriotismo não seria uma palavra de ordem. A história não pode ser vista desligada do seu passado”²³.

Em relação ao caso do artigo n.º 23 (Lei sobre a Segurança Nacional), que tem estado em atenção, a nível nacional e internacional, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçado por Edmund Ho, incluindo a Assembleia Legislativa e os cidadãos de Macau, já estão suficientemente preparados, em termos psicológicos, de opinião pública e do processo legislativo. Na “Nova Macau”, em que está profundamente enraizado o conceito de “Um país, dois sistemas” e o “amor pela pátria e por Macau”, a aprovação da Lei da Segurança Nacional será só uma questão do tempo mais apropriado a ser escolhido no segundo quinquénio da “Nova Macau”.

No primeiro quinquénio, um terceiro grande sucesso conseguido pelo Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, residiu no assentamento da base de “Um país, dois sistemas” para o seu desenvolvimento político, que resulta na formação paulatina e no amadurecimento dum “Governo forte” com a liderança administrativa, dotada duma “elevada confiança pública e autoridade administrativa” da “Nova Macau”. Isto foi a condição prévia e a base para uma situação de estabilidade política e social, em que se verifica uma passagem da “desordem” de uma “Velha Macau”, governada pelos portugueses para “ordem” duma “Nova Macau”, “governada pelas pessoas de Macau” e a garantia para a construção de “Um país, dois sistemas”, com “inovações dos regimes” da “Nova Macau”.

Edmund Ho, nas eleições para o primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, levadas a cabo em 1999, dos 199 membros da Comissão de Selecção conseguiu uma maioria absoluta de 163 votos válidos. Nas eleições para o segundo mandato do Chefe do Executivo, realizadas em 2004, como único candidato, dos 299 votos válidos da Comissão de Selecção obteve 296 votos. Os comentários da

²³ *Testemunhar viragens históricas — Cai Qizhen fala das suas próprias experiências nos últimos 5 anos*, in Revista Macau, edição de Dezembro de 2004, n.º 43.

comunicação social, tanto chinesa como estrangeira, concentraram-se na seguinte frase: “Alvo de todas as esperanças”. Logo quando Edmund Ho declarou a sua recandidatura, José Rocha Dinis, Director do Jornal Tribuna de Macau, em português, escreveu: “Caso Edmund Ho for reeleito desta vez, o resultado estará livre de qualquer manipulação e representará a vontade geral dos cidadãos”²⁴. No último quinquénio, desde a reintegração de Macau, a partir de 1999, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, tem mostrado, no que diz respeito à ordem pública, desenvolvimento económico e reformas administrativas, ideologia política, inteligência política e capacidade política que se traduzem num “Governo responsável”, que considera “Servir o povo é fundamental”, designadamente tudo o que foi mostrado no tratamento de “casos complexos”, que dizem respeito aos interesses e regimes fundamentais, tais como, a liberalização dos jogos e outros “casos imprevistos”, tais como, o tratamento da “manifestação dos desempregados” e a “pneumonia atípica”, que são bem reveladores da sua ideologia política, inteligência política e capacidade política de “acompanhar a evolução dos tempos” e dum “Governo empreendedor”. Tudo isto produziu profundas impressões no Governo Popular Central, no interior da China, nos cidadãos de Macau e na comunidade internacional. Nos últimos 5 anos, desde o retorno de Macau, verificado em 1999, todas as sondagens sobre a confiança pública do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, realizadas neste território ou fora dele, mantêm a taxa de apoio e o grau de satisfação em 70%, como bem diz o próprio Edmund Ho: “Para um começo auspicioso de uma Região Administrativa Especial é necessário um governo com capacidade governativa estável.” “Como é evidente, um Governo recém-formado, além de enfrentar uma grande diversidade de problemas, tem como tarefas prioritárias a criação de um Governo credível, a manutenção da estabilidade política e a normalização da ordem social, bem como a garantia dos direitos e da vida da população. Com base nessas tarefas, foi possível conquistar a confiança e manter a coesão da sociedade, defendendo assim a legalidade do poder político, de modo a assumir, de forma eficaz, as responsabilidades governativas”²⁵.

²⁴ *Expressas mudanças nos mass média de fora de Macau — O que penso sobre o retorno de Macau*, in Revista Macau, edição de Dezembro de 2004, n.º 43.

²⁵ *Site Oficial do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China* (Base de dados de relatórios de linhas de governação, http://www.macao.gov.mo/policy/policy_cn.phtml)

No último quinquénio, desde a reintegração de Macau, a “Nova Macau”, no que diz respeito à construção dum “Governo forte com elevada confiança pública e autoridade administrativa”, com “liderança administrativa”, tomou como fulcro dos seus trabalhos a promoção activa e prudente das “reformas administrativas”, para formar paulatinamente o sistema administrativo de uma “Nova Macau”, o conceito de “servidor público” no sistema da Função Pública e dos funcionários públicos para aumentar paulatinamente a qualidade e a eficiência de trabalho do sistema administrativo e dos funcionários públicos da “Nova Macau”.

O Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, tem igualado as reformas administrativas à abertura económica, que são dois pontos fulcrais dos seus trabalhos, durante o seu primeiro mandato. As reformas administrativas de Macau têm começado paulatinamente, a partir de 2001. Eis os seus dois princípios: primeiro, “dinamismo”; segundo, “prudência”. Por um lado, as “reformas administrativas” revelam-se ser “urgentes”, como destacou Edmund Ho, desde o retorno de Macau, verificado em 1999, “No plano da administração pública, a equipa de trabalhadores mantém-se, basicamente, estável, havendo um grupo de trabalhadores da função pública, qualificados e energéticos, que ascendeu ao nível de chefia. Por outro lado, aprofundou-se o sentido de responsabilidade perante os cidadãos e a eficiência dos serviços públicos, e um conjunto de medidas benéficas e convenientes à população começam a obter o reconhecimento da sociedade”. “Por essa razão, o funcionamento do sistema de Administração Pública ainda é semelhante ao do passado. Uma parte dos trabalhadores da Administração Pública, incluindo os de direcção e chefia, ainda não conseguiram articular, de forma adequada, o seu pensamento com os princípios básicos ‘Um país, dois sistemas’ e ‘Macau governada pela sua gente’. Assim sendo, ficou por se intensificar o conceito de ‘servidor público’ no seio dos trabalhadores da Administração Pública.” “‘Servir o Povo’ é um conceito básico de administração pública a nível internacional, bem como a quinta-essência da cultura administrativa tradicional no nosso País. Com o regresso do Território à Mãe-Pátria, surgiram modificações qualitativas em matéria do direito de soberania, tendo sido implementado, em pleno, o princípio básico designado ‘Macau governada pela sua gente’. Por isso, a acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau visa, indubitavelmente, a concretização cabal dos interesses globais dos cidadãos de Macau. E o reforço, junto de todos os trabalhadores da Administração Pública, do conceito

de servidor público em benefício da Região Administrativa Especial de Macau e da sua população constitui ponto de partida fundamental para que o Governo continue a aperfeiçoar o funcionamento da máquina administrativa.” Por outro lado, as “ reformas da administração pública” “ não são coisas que se fazem de um dia para outro”. Como tocam interesses de todos os círculos e regimes fundamentais, é preciso ter muita prudência e sentido gradual; por isso, Edmund Ho destacou: “Nos primeiros tempos da criação da Região Administrativa Especial de Macau não foi aconselhável proceder-se a uma reforma profunda da estrutura e do sistema da Administração Pública”. “Quaisquer políticas e reformas promovidas pelo Governo deverão ser levadas a cabo de modo suave, porque temos de ponderar a situação real de Macau e a capacidade de aceitação dessas políticas e reformas pela população, bem como de nos preocupar com a estabilidade social e os interesses de toda a população”. “...na fase inicial da governação da Região Administrativa Especial de Macau, o funcionamento normal do Governo, o melhoramento da segurança pública, a recuperação económica, etc., estavam todos dependentes de uma estrutura administrativa e de um conjunto de trabalhadores da Administração Pública relativamente estáveis. Além disso, sem um processo gradual — que envolve estudo integral, análise objectiva, divulgação e sensibilização e projectos-piloto — não haverá sucesso numa reforma com tanta importância e tão profundas implicações como a da Administração Pública. Aqui, queria sublinhar que não pretendemos efectuar um progresso aventureiro, nem tão pouco nos conformamos com o estado actual; é, sim, pelo ‘desenvolvimento firme’ que nos esforçamos”²⁶.

No último quinquénio, desde o retorno de Macau, verificado em 1999, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, tem levado a cabo as reformas administrativas em dois aspectos concretos: “melhorar os serviços”, a “formação dos funcionários públicos” e os “reajustes institucionais”. No que diz respeito a “melhorar os serviços”, Edmund Ho destacou dizendo: “Nunca, nem por um momento, deixámos de prestar atenção às vozes dos cidadãos clamando por uma melhoria dos serviços prestados. Elevar a qualidade dos serviços constitui uma prioridade política desde o momento da criação da Região Administrativa Especial de Macau. Segundo a urgência e a ordem de importância dos objectivos,

²⁶ Idem.

empenhámo-nos, desde logo, na melhoria dos serviços de primeira linha prestados ao público...” “No último ano, a prestação de serviços ao público, com base nos melhoramentos introduzidos, deu os primeiros passos na reforma administrativa, que se traduziu, principalmente, na implementação preliminar do programa ‘carta de qualidade’ e ‘tratamento de queixas’, permitindo, assim, que na primeira linha de contacto entre o Governo e a população, sejam gradualmente estabelecidos regimes de serviços por excelência e de responsabilização”. “A reforma da Administração Pública desdobra-se em duas grandes áreas: no plano orgânico, os projectos do serviço “Loja do Cidadão” e “Carta de Qualidade” situam-se na primeira linha de serviços oferecidos à população que tem demonstrado grande eficiência, contribuindo para facilitar a vida da população. Entendemos que estes dois projectos têm um sentido estratégico relevante na campanha da reforma dos serviços públicos, razão pela qual, o Governo irá atribuir prioridade à sua implementação.” No que diz respeito à “formação dos funcionários públicos”, Edmund Ho frisou: “Com vista a consolidar esse conceito de servidor público e a elevar a qualidade e a capacidade na prestação de serviços, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, no próximo ano, empenhar-se-á na prossecução de acções de formação dos trabalhadores da Administração Pública. Para além de adoptar e aperfeiçoar as iniciativas de formação já existentes, iremos arrancar com mecanismos de formação e cooperação acordados com Singapura, tendo ainda por referência as experiências coroadas de êxito que se registaram em outros países ou regiões. No nosso entender, a formação, a qual se iniciará com o pessoal das categorias mais elevadas, será a mais adequada às realidades da Função Pública e que melhor possa corresponder às expectativas da comunidade. Nestes termos, o Governo começará por assegurar as acções de formação e reciclagem dos quadros superiores e médios”. “Organizámos, pela primeira vez, cursos destinados aos quadros médios e superiores. A escolha destes quadros como destinatários dos cursos, significa que se passou a exigir aos funcionários uma maior assumpção de responsabilidades no exercício das suas funções, de acordo com os anseios da população em geral e como resposta a maiores exigências resultantes da elevação da consciência de servidor e da capacidade de direcção dos quadros da Administração, impostas pela nova era”. “Os referidos cursos abrangeram os funcionários públicos em geral, e tiveram por objectivo desenvolver-lhes o espírito de coesão e uma cultura de serviço. Nestes cursos, foram ministrados conceitos básicos do sistema político e jurídico da RAEM, que dotaram os formandos de um

conhecimento mais aprofundado dos princípios ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’, com uma autonomia de elevado grau e os consciencializaram da importância do seu trabalho na execução das acções governativas, criando-se, assim, condições para que estas acções possam ser prosseguidas a todos os níveis dos serviços da Administração Pública”. No que diz respeito aos “reajustes institucionais”, Edmund Ho assinalou: “Em cumprimento da legislação e de acordo com as necessidades do Governo, após a criação da RAEM, ter-se-á de concluir, com a maior brevidade possível, as bases de organização e funcionamento de importantes organismos públicos, dando mais um passo na concretização de uma Administração Pública estruturalmente regulamentada, íntegra e racional”. “A partir do próximo ano, a par de ser dada continuidade às reformas em curso, iremos iniciar, em pleno, a grande reforma da estrutura administrativa, com vista à sua simplificação”. “Será através do reforço da modernização administrativa que se melhorará a eficiência dos serviços, partindo-se da premissa da sua racionalização e normalização, incluindo o aperfeiçoamento das estruturas administrativas e das suas funções, do bom funcionamento administrativo e da elevação da qualidade e flexibilidade dos serviços”. “No domínio da Administração Pública, será empenhado um maior esforço na promoção da sua modernização, através da avaliação de recursos humanos, do desenvolvimento da formação profissional dos funcionários públicos, da reestruturação e optimização orgânico-estrutural, da elaboração e alteração de legislação e da racionalização de recursos e tecnologias”²⁷.

Através dos esforços persistentes do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, as reformas administrativas paulatinamente levadas a cabo durante o primeiro quinquénio da “Nova Macau”, têm conseguido alguma eficácia que lançou alicerces bastante sólidos para um desenvolvimento mais aprofundado e avanços significativos das reformas administrativas no segundo quinquénio. Na véspera do 5.º aniversário da reintegração de Macau na Mãe Pátria, Edmund Ho fez, em linhas gerais, uma retrospectiva e perspectiva dos trabalhos das reformas administrativas da “Nova Macau”, nos seguintes termos: “Até ao momento, a RAEM lançou as bases para duas iniciativas importantes: realizámos a abertura da economia e demos os primeiros passos do processo da reforma administrativa. Estas duas iniciativas são os aspectos essenciais mais visíveis do

²⁷ Idem.

presente estado de Macau e têm um significado nuclear. Têm em comum a preocupação de responder às necessidades urgentes e a longo prazo ao desenvolvimento de Macau na esteira da evolução mundial e também vão ao encontro das grandes aspirações da população e do consenso generalizado da sociedade, tendo, por conseguinte, uma base sólida; ambas as acções são fruto do honroso esforço e do sonho idealizado das gentes de Macau nesta nova era, sob os auspícios dos princípios de ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’, com uma autonomia de elevado grau e conscientes do seu papel de serem hoje donos do seu próprio destino.” Neste momento, as reformas administrativas da “Nova Macau” “No que diz respeito ao funcionamento dos serviços, registou-se um melhoramento desde os serviços de primeira linha até à gestão interna. No que diz respeito à qualificação do pessoal, o Governo promoveu, para além da formação técnico-profissional, formação na área política e da administração pública. Estas reformas trarão, num futuro próximo, um cenário sem precedentes aos serviços públicos de Macau, preparando, assim, um longo caminho sem obstáculos para o contínuo progresso na governação do Governo.” A seguir, “As medidas de reforma que deram provas da sua eficácia e com menos efeitos secundários serão alargadas. Da análise das exigências manifestadas pela população e pela sociedade, concluímos que é preferível uma reforma sistemática e regulamentada a uma reforma dispersa e incoerente. As reformas incidindo em serviços particulares e áreas pontuais, devem dar lugar a uma reforma geral, aplicável a todos os serviços. As reformas insensíveis às preocupações humanas e que se limitam a meras alterações procedimentais, devem evoluir rumo a um tipo de reforma mais atenta ao pormenor e ao elemento humano. As reformas em algumas áreas devem evoluir de um modelo tradicional de passividade, em que os serviços respondem face a solicitações da população, para um modelo pró-activo em que esses tomam a iniciativa de se aproximar das necessidades dos utentes.” Edmund Ho frisou: “O próximo ano é o sexto ano em que o Governo da RAEM assume a responsabilidade governativa e, ao mesmo tempo, é o primeiro ano do seu segundo mandato. Iremos empenharmo-nos nos trabalhos com uma nova visão, fazendo uso dos ensinamentos resultantes das experiências destes últimos cinco anos.” “A partir do próximo ano, iremos promover o aprofundamento da reforma administrativa, assente nos princípios da democracia, transparência e racionalidade, elevando a sua incidência do plano da mera execução de tarefas ao plano do processo decisório e do plano de prestação de serviços ao público ao plano da gestão interna.

Estas medidas visam garantir mais êxitos e progressos no âmbito da política de reforma da Administração Pública”²⁸.

No primeiro quinquénio, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, obteve um quarto sucesso, no que diz respeito a “Um país, dois sistemas”, base para o seu desenvolvimento político e iniciou duma maneira graduada a construção duma política democrática, traduzida em “Macau governada pela sua gente”, dando lugar a uma “cultura eleitoral” de tipo de “consultas”, bem característica de Macau.

Como dos 446 anos (1553-1999) da história da “administração portuguesa de Macau” não ficou nenhuma tradição democrática de participação política dos cidadãos (chineses) de Macau, nunca houve a “política partidária” nem a “política eleitoral” nem se formou nenhuma sociedade civil, na qual a classe média funcionava como o corpo principal, a chamada “assimilação da opinião pública” por “consultas” e “discussões”, através das mais variadas formas “não institucionais” e “não transparentes”. Por isso, desde o retorno de Macau, verificado em 1999, a edificação da política democrática, no sentido de “Macau governada pela sua gente” da “Nova Macau” começou praticamente numa folha branca. A Lei Básica, considerada como a “Pequena Constituição” para “Um país, dois sistemas”, começou a delinear-se. Com as eleições do Chefe do Executivo, da Assembleia Legislativa e dos deputados de Macau para Assembleia Popular Nacional começou a formar-se o entusiasmo político da participação política e a consciência democrática dos cidadãos de Macau em ser donos do seu destino.

Desde 1623, ano em que o primeiro governador de Macau Francisco Mascarenhas assumiu as suas funções até ao último governador de Macau, Vasco Rocha Vieira, que cessou as suas funções em 1999, dos 127 governadores de Macau da administração portuguesa, não houve nenhum que não tivesse sido nomeado por Lisboa, não houve nenhum que não tivesse sido indicado pelo Governo português, não houve nenhum que não tivesse representado a vontade da dominação colonial da metrópole. Neste processo, os cidadãos (chineses) de Macau nunca tiveram o direito de expressão, muito menos falar em “eleições” ou em “participação política”. A “Velha Macau” não foi dos cidadãos (chineses) de Macau. Os dominadores foram os portugueses e a língua de dominação

²⁸ Idem.

foi o português. A ordem de dominação foi o ordenamentos jurídico português. Wen Yiduo assim diz num seu verso: “Sabem que Macau não é o meu verdadeiro nome!”

A Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 1987, que declara: “... o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999”, não só constitui a declaração do retorno de Macau, como também é uma declaração de democracia para Macau. “Macau governada pela sua gente” é a palavra-chave de “Um país, dois sistemas”. A Lei Básica chegou a transformar-se na “Pequena Constituição”, com que os cidadãos de Macau se converteram em donos do seu destino. De 44, 2% (19 dos 48 membros) da Comissão Redactora, 60% (60 dos 100 membros) da Comissão Preparatória, 100% (os 200 membros foram todos residentes permanentes de Macau) da Comissão de Selecção, nos preparativos da “Nova Macau”, a intervenção dos cidadãos (chineses) de Macau passou de indirecta a directa, de parcial a completa. Foi despertada a consciência de cidadão da República Popular da China. Foi Edmund Ho quem abriu a “porta democrática” da “Nova Macau”.

Em 15 de Maio de 1999, no 219.º dia da contagem decrescente do retorno de Macau, o olhar mundial caiu em Macau-Jade do Oriente, que seria devolvido inteiro ao seu dono. Entre 10h45 e 11h05, no Centro de Actividades Turísticas de Macau, 199 membros, seleccionados de entre todos os círculos e todas as actividades de Macau, de acordo com o princípio da igualdade, imparcialidade, transparência, democracia e honestidade, que tinha a mais ampla representatividade para o primeiro Governo da Região Administrativa de Macau, com a grande responsabilidade perante o Estado, Macau, a História e o futuro, fizeram um exercício de votação soberana. Às 11h48, Qian Qishen, Presidente da Comissão Preparatória declarou solenemente que Edmund Ho o candidato para o primeiro Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau fora eleito (com 163 votos) e a Comissão Preparatória iria solicitar a sua nomeação, junto do Governo Popular Central. Assim nasceu a “Nova Macau”, em que os seus habitantes são donos do seu destino. Ecoou-se uma salva de palmas na sala da reunião, com ecos em todos os lugares do mundo onde houvesse chineses. Quando Edmund Ho se levantou para receber as congratulações, atrás dele, fechou-se a última página histórica pesarosa da Velha Macau, sob o colonialismo da administração portuguesa à sua frente, abriu-se um pano histórico para uma “Nova

Macau”, onde se aplicaria “Um país, dois sistemas”, “manter inalterável durante 50 anos”, com práticas de “Macau governada pela sua gente”, com uma “autonomia de elevado grau”.

Em Outubro de 2001, teve lugar, com pleno sucesso, a primeira eleição democrática de grande envergadura, na história da “Nova Macau”, para a segunda legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau. Além dos 7 deputados nomeados pelo Chefe do Executivo, nasceram 10 deputados por sufrágio directo e outros tantos pelo indirecto. A taxa de votos das eleições directas atingiu 52,32% e das indirectas, 65,12%. Aproximadamente 100 mil pessoas exerceram o seu direito de voto. Isto reflecte, em certa medida, o processo democrático da “Nova Macau” e a maturidade política de “Macau governada pela sua gente”.

No primeiro quinquénio da “Nova Macau”, o Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, no processo de promover a edificação da política democrática de “Macau governada pela sua gente”, tem seguido sempre um princípio básico, isto é, um rentido gradual. Quer isto dizer que a democratização da “Nova Macau” não poderia ser conseguida com o sacrifício dos recursos mais preciosos de Macau - a estabilidade e a harmonia. Não se pode transformar Macau numa “cidade económica” numa “cidade política”. Muito menos se paga o preço de conflitos e divisão entre diferentes grupos étnicos, círculos sociais e grupos de interesses, que têm vivido em ajuda mútua. No que diz respeito à velocidade da construção política democrática da “Nova Macau”, no sentido de “Macau governada pela sua gente” e ao problema das eleições directas do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa da “Nova Macau”, após 2009, que tem estado na atenção nacional e internacional, a resposta de Cai Qizhen, Presidente da Assembleia Legislativa foi bem representativa: “Não acho que Macau esteja atrasado em termos políticos. É minha opinião que o nosso ambiente político corresponde completamente aos interesses das pessoas de Macau, também corresponde às necessidades reais das pessoas de Macau.” A realidade política de Macau continua a ser “o problema da vida que mais preocupa as pessoas de Macau. Numa terminologia do continente da China, não temos pequena burguesia em número suficiente nem muita classe média. Isto é muito importante. Quando a nossa qualidade de vida não é suficientemente boa, o que preocupa os cidadãos só pode ser a vida. A política e a economia não podem ser separadas. As experiências nascem da prática. Macau deve encontrar um

modelo político que corresponda a Macau.” “As experiências alheias só podem servir de referência, com as quais talvez possamos evitar alguns reveses. Seria surrealista recalçar directamente essas experiências bem sucedidas de outros países. O desenvolvimento político de Macau não pode separar-se da economia nem da sociedade de Macau. O avant-gard político seria uma coisa vã, que não passa de slogans.” “De facto, as eleições directas não são temíveis nem como inundações nem como animais selvagens. Quando haja cooperação entre a política, a economia e o ambiente social, tudo acontecerá a seu tempo. Nem os países europeus nem os norte-americanos conseguiram ser o que são de um dia para o outro”. “As experiências de passo a passo são as melhores. Espero que Macau possa encontrar o seu melhor modelo. Não devemos actuar como “Quem vê as coisas só por um lado, não as vê todas”, nem podemos fechar os olhos ao desenvolvimento do exterior, mas também não podemos ignorar a realidade de Macau”²⁹.

O percurso glorioso dos últimos 5 anos da “Nova Macau” não foi de marchas tão grandes nem ritmos tão acelerados como bem se desejava, mas foram passos bem dados e sólidos, pegada atrás pegada, o que tem lançado bons alicerces para o desenvolvimento futuro. Em Julho de 2004, Edmund Ho, na sua plataforma de candidatura para segundo Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, fez uma síntese completa sobre os últimos 5 anos do primeiro Governo de Macau, em que ele viveu as “mesmas adversidades que Macau viveu. Ele assinalou: “Nos últimos 5 anos, nos nossos trabalhos de governação, ainda existem insuficiências que devem ser melhoradas. Entre os nossos trabalhos e as exigências dos cidadãos, ainda há algumas distâncias”. No entanto, quanto ao seu trabalho como primeiro Chefe do Executivo, referiu: “Tive oportunidade de conseguir algumas experiências de governação. Tive conhecimento da realidade e das tendências de algumas coisas importantes no desenvolvimento de Macau. Aprendi como fazer com que Macau dê desempenho às suas qualidades potenciais e vença os desafios. Das dificuldades e reveses, aprendi também como dar prioridade aos assuntos da governação e também aprendi como reajustar estratégias, melhorar ou impedir circunstâncias adversas. Através duma prática global da governação, experimentei como manejar os elos e os pormenores chave para

²⁹ *Testemunhar viragens histórias — Cai Qizhen fala das suas próprias experiências nos últimos 5 anos*, in Revista Macau, edição de Dezembro de 2004, n.º 43.

que a ideologia governativa possa ser aplicada de maneira completa e sólida.” Ele destacou ainda que: “Será sempre com um coração chinês e o sentimento de Macau que continuarei a aplicar a Lei Básica, a consolidar e a alargar os bons sucessos de ‘Um país, dois sistemas’, ‘Macau governada pela sua gente’, com uma autonomia de elevado grau; tentarei reunir a maioria dos cidadãos para dar desempenho às vantagens para vencer todas as dificuldades reais ou susceptíveis de aparecer. A fim de lançar bons alicerces para Macau; promoverei a democracia e a governação pela lei e levarei a cabo reformas administrativas, duma maneira completa e científica, lançarei alicerces para um Governo de excelência para concretizar progressos permanentes dos serviços públicos, da vida popular e da vida política; ajudarei a criar um sistema económico moderno, com características bem individuais, pluralista, saudável e cheio de capacidade inovadora para aumentar paulatinamente a competitividade geral de Macau; contribuirei para elevar o nível de conhecimento ético e prático de toda a gente para promover o desenvolvimento humano no seu conjunto para que a profunda força vitalícia civilizacional da Região Administrativa Especial de Macau fique num lugar invencível”. “Uma sociedade com um aumento geral da qualidade de vida pertencerá a todos os cidadãos de Macau e para sempre. Nesta sociedade, a prosperidade económica e o humanismo desenvolvem-se em ordem e em liberdade para Macau ter sucessos internos e charme para o exterior. A felicidade para hoje e o futuro para amanhã. Isto será a caracterização da vida real das pessoas de Macau”³⁰.

Em 20 Dezembro de 2004, Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, na cerimónia da celebração do 5.^a aniversário do retorno de Macau e na tomada de posse do segundo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, pronunciou um importante discurso, em que, no que diz respeito ao problema do desenvolvimento futuro de “Nova Macau”, formulou 4 votos para o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e todos os círculos: “Servir o povo e aumentar incessantemente o nível de gestão do Governo”; “Concentrar-se e esforçar-se no desenvolvimento saudável e sustentado da economia de Macau”; “Com visões estratégicas a longo prazo, reforçar a formação de toda a espécie de recursos humanos, necessários ao desenvolvimento de Macau”;

³⁰ *Jornal Ou Mun*, edição de 15 de Julho de 2004.

e “Defender a estabilidade e esforçar-se por construir uma sociedade tolerante, de entreajuda e harmoniosa³¹”.

Tudo isto será a orientação para os esforços nos próximos anos do Governo de Macau, encabeçado por Edmund Ho, e mais de 400 mil cidadãos de Macau.

Antes do retorno de Macau em 1999, cada chinês quando falava no nome de Macau, tinha um grande complexo, porque, ao fim e ao cabo, ele estava ligado a uma história, nem sempre agradável; no entanto, após o retorno de Macau em 1999, tudo mudou. Macau agora está vinculada a “Um país, dois sistemas”, à estabilidade, à prosperidade, ao futuro e à esperança de um amanhã melhor. Formulemos os nossos melhores votos para a “nova era” da “Nova Macau”.

³¹ *Diário do Povo*, edição de 21 de Dezembro de 2004.